

A mulher negra no imaginário social brasileiro: mecanismos de manutenção da discriminação.

Profª Drª Antonia Aparecida Quintão

Introdução:

O atual processo de globalização, se por um lado aproxima culturas e povos distantes, ao mesmo tempo parece facilitar o reaparecimento de movimentos de xenofobia e de racismo aparentemente já enfraquecidos.

Como bem observa o Profº Milton Santos, a globalização mundializou o debate sobre o preconceito e a discriminação. Em especial, nas sociedades multi-étnicas como a brasileira "(...) os negros ficam lá embaixo, não apenas nesta sociedade como ela se constitui, mas na sociedade como ela pode constituir-se. Poderia começar com uma listagem de situações de cidadania mutilada do negro: as oportunidades de emprego, a menor remuneração, a falta de oportunidades de promoção social, econômica, profissional".

O racismo aliado ao sexismo têm sido um dos principais obstáculos para que a mulher negra possa ter a sua cidadania assegurada, pois observamos que mesmo entre os negros, as diferenças de renda entre homens e mulheres são mais significativas que entre os demais grupos étnicos, fazendo supor que um dos efeitos da conjugação de racismo e sexismo está no alargamento da distância entre homens e mulheres, expondo as mulheres negras a níveis maiores de dependência, apesar da importância de sua participação nas estratégias de sobrevivência do grupo negro.

Violência doméstica, assédio sexual no local de trabalho, estereótipos negativos e ofensivos, tráfico e turismo sexual, subemprego, analfabetismo, se constituem em empecilhos para o exercício pleno da cidadania, porém, fazem parte da realidade cotidiana de milhões de brasileiras negras e pobres.

Mulher negra e educação

O professor Florestan Fernandes em seu livro: "Qual é a questão da USP", alertava para a necessidade da Universidade se dissociar de suas funções de dominação cultural e se reconstruir como uma universidade livre, aberta para todas as experiências e para todas as classes sociais. O teste para uma universidade livre está na resposta à pergunta: a quem serve a universidade? Enquanto fôr monopolizada socialmente por uma classe ou por uma minoria que contempla somente as famílias mais ou menos privilegiadas de vários estratos de duas classes, ela não será uma universidade liberada dos controles externos que a aprisionam e a limitam. O aparecimento ocasional de filhos de operários ou de negros não atesta muita coisa. Ou antes, atesta só uma coisa: a vigência da norma segundo a qual a exceção confirma a regra.

De acordo com o IBGE, o número de negros brasileiros que conseguem chegar às universidades vem crescendo, mas ainda é muito baixo. No ano de 1992, 77.607 negros disseram ter frequentado curso superior. Em 1998, o número chegou a 131.763, o que representa apenas 1,8% do total dos estudantes.

A população mais vulnerável da sociedade brasileira é composta pelas meninas e adolescentes negras. Vivem expostas a toda sorte de violência e abusos porque são crianças numa sociedade que ainda não conseguiu garantir a sua sobrevivência e integridade. São negras numa sociedade marcadamente racista e pobres numa sociedade onde prevalece uma das mais vergonhosas distribuições de renda do mundo.

No discurso de abertura da sessão especial da Assembleia Geral: "Mulheres 2000: igualdade de gênero, desenvolvimento e paz no século XXI (New York, 5 a 9 de junho de 2000), o secretário geral das Nações Unidas, Kofi Annan destacou que das 110 milhões de crianças que não vão à escola, dois terços são meninas. E mais meninas que meninos abandonam a escola prematuramente, por isso, os governos deveriam fazer da educação das meninas a sua prioridade, assegurando assim a sua possibilidade de ingressar na economia global.

Em geral as meninas negras começam a trabalhar muito pequenas. Aos 4 ou 5 anos já devem, já podem auxiliar nos serviços caseiros; lavar prato, varrer a casa, cuidar dos irmãos mais novos. É preciso aprender. Em função disso faltam à escola numa proporção muito maior que os meninos.

As causas:

- a) Os trabalhos domésticos, que são obrigação dela.
- b) os "bicos" que fazem para ganhar alguma coisa. Trabalham geralmente em casa alheia (extensão do que fazem em casa); ajudam na cozinha, olham criança, fazem a limpeza.
- c) A ausência na escola é justificada: "mulher não precisa de muito estudo".
- d) Há uma relação entre idade e baixa frequência escolar: Quanto mais alta a faixa etária, maiores são as faltas à escola, em relação aos meninos e em relação as crianças mais novas.
- e) A exploração da criança se evidencia; na sobrecarga do trabalho, no nível de exigência que lhe é cobrado, na responsabilidade do serviço.

Na América, para as mulheres negras e indígenas, a colonização significou escravidão, genocídio de seus povos, imposição da ideologia da superioridade branca e o estupro institucionalizado, com a cumplicidade legal e moral de toda a sociedade colonial.

A ausência da História Africana retira a oportunidade dos afrodescendentes construir uma identidade positiva sobre as suas origens. Muitos professores continuam a apresentar para os seus alunos uma visão distorcida da África e dos africanos:

- a) O negro não foi escravo. Apenas uma parcela da população negra foi escravizada, num período histórico determinado, em uma parte determinada do planeta Terra. De tanto se repetir que o negro foi escravo, pode-se levar e geralmente leva o aluno a deduzir que todos os negros, em todas as partes, em todas as épocas foram escravos. Como se fosse condição natural do negro ser escravo. E, por outro lado a dedução do não-dito, ou seja, que o branco nunca foi escravo, o que falseia a verdade histórica e serve de base para preconceitos.
- b) A África é terra de civilizações importantes para o desenvolvimento da humanidade, e não simplesmente depósito de um gênero humano escravo, pois este gênero humano não existe.

c) Os nossos antepassados ou ancestrais não vieram, mas foram trazidos à força, através do Atlântico, e aqueles que sobreviveram as viagens nos navios negreiros ou tumbeiros, foram escravizados.

Já o primeiro Congresso sobre Cultura Negra das Américas ocorrido em Cali, na Colômbia, no período de 24 a 28 de agosto de 1977 registrou em suas atas as seguintes denúncias:

a) "a maioria dos textos de história, sociologia, economia e política dos países americanos omite, mutila e deforma a participação autêntica do negro no desenvolvimento dos distintos países dos quais é parte fundamental".

b) "a história do negro na América não pode seguir difundindo-se, escrevendo e interiorizando-se simplesmente a partir das crônicas da escravidão."

Os livros escolares privilegiam a cultura européia e apresentam, em geral, situações que não correspondem à experiência de vida das crianças negras. As ilustrações sobre a casa, o bairro, o alimento, o vestuário, as características físicas das pessoas, marginalizam a criança negra e não refletem a sua realidade. Levam-na a introjetar o mundo do branco, desprezando o seu próprio mundo. Desta maneira, vivem imersas em si mesmas numa sociedade que promove a ruptura de seus valores étnicos, sociais e culturais, que é necessário recuperar, por ser imprescindível para a formação da sua auto-estima e para construção da sua identidade pessoal e étnica.

A escola deve preparar os educandos para o exercício da cidadania, para a tolerância e a diversidade, fundamental numa sociedade com pluralidade étnica, combatendo assim todo tipo de preconceito. Para isso é urgente que se promova uma mudança nos currículos escolares, permitindo às crianças negras uma recuperação de sua memória e identidade, através de disciplina relativa à cultura da África e dos afro-brasileiros.

A história passada e presente da mulher negra pode ser descrita como uma história de liderança, sendo a protagonista na luta pela preservação das tradições, da religião e da cultura de seus antepassados africanos.

Quando, a despeito de todos os obstáculos, consegue uma escolaridade maior, ela esbarra, mais uma vez, com o problema do preconceito. Existem trabalhos em que raramente encontramos mulheres negras: recepção em shoppings, em bancos, em hospitais privados, etc...

Ao percorrermos os espaços ocupados pela mão-de-obra feminina percebemos que a mulher negra está lá, mas em sua maioria nas funções tradicionais de prestação de serviços (limpeza, alimentação, serviços gerais), ou seja, arrumando e limpando as salas, servindo cafezinho etc, e isto até mesmo nas funções em que as mulheres brasileiras (brancas) conseguiram superar a porcentagem masculina, como a área de Medicina. Portanto, a mobilidade profissional é extremamente restrita para as mulheres negras, até mesmo para aquelas que com grande sacrifício alcançaram uma grau maior de escolaridade.

Estamos às vésperas da mudança de milênio, marco simbólico de grandes transformações mundiais, caracterizadas, entre outras coisas, pela presença da informática (não é mais a quantidade, mas a qualidade, ou especialização da mão de obra

que tem importância), pela velocidade da comunicação e pelo surgimento de megagrupos das mais diversas amplitudes.

Esses avanços ou ganhos da humanidade criam novas possibilidades sociais e levam a uma revisão dos nossos valores éticos, morais e políticos. É, portanto, urgente iniciarmos o debate a respeito dessas transformações de ordem individual e social, para garantirmos políticas públicas que tornem mais justa a condição das mulheres negras brasileiras.

Mulher negra e mídia

Na sociedade de imagem em que vivemos, e com o nível de domínio alcançado pelas redes de TV sobre outros meios audiovisuais, a televisão tornou-se o nosso mais poderoso espelho, a nossa janela para a realidade cotidiana. Porém, nessa janela, as mulheres negras vêm negada a sua história, sua cultura, os seus desejos, os seus sentimentos e, geralmente apenas aparecem na perspectiva que os mitos brancos têm da sua realidade e das suas características.

Em 1994, por ocasião da minha pesquisa de doutoramento em Portugal, tive a oportunidade de conhecer e conviver com muitos africanos das ex-colônias portuguesas. Mais interessante ainda era observar a imagem que construíam do Brasil, à partir de um dos nossos principais produtos de exportação: as telenovelas. Certo dia, conversando com uma senhora são-tomense, ela me falou da sua surpresa em saber que eu era negra e brasileira, afinal, uma das principais fontes de informação sobre o nosso país, os programas de televisão, praticamente ignorava a existência dos negros e, particularmente, das mulheres negras, tornando-nos praticamente invisíveis.

Ao observarmos as capas de revistas e as programações da televisão constatamos, sem nenhum esforço, a presença maçica das loiras; Hebe Camargo, Eliane, Angélica, Xuxa, Ana Maria Braga, Carla Perez, Marília Gabriela. O sucesso dessas apresentadoras nos revelam que do ponto de vista do imaginário optou-se por um padrão artificial de inspiração norte-americano ou europeu.

A mídia é o mais importante espaço contemporâneo do mercado de bens simbólicos. Trata-se, portanto, de uma área estratégica. No entanto, a grave crise econômica em que estamos mergulhados, fez uma espécie de divisão entre os direitos indispensáveis e os secundários. A comunicação está entre os secundários. Por outro lado, sabemos que desempenha um papel fundamental no sentido de sustentar o poder estabelecido. Se não temos acesso a esta fonte de poder, nossa situação de desvantagem e desigualdade tende a ampliar-se, aumentando a sensação de impotência diante de imagens que nos apresentam como objetos, como coisas, desprovidas de qualidades humanas e uma vez que nos despojam desses elementos, justifica-se a violência, a humilhação, o insulto, o desprezo, o estupro e até a morte.

A discriminação que recai sobre as mulheres negras se estende nos tempos atuais até mesmo as novas tecnologias de comunicação. Quem utilizar a internet para fazer uma pesquisa sobre as mulheres negras encontrará referências a sua sexualidade, ao seu erotismo, muitas vezes com termos grosseiros, ofensivos e pejorativos. As empresas encarregadas de estruturar as bases de informações ignoram completamente a história das mulheres negras, nossas conquistas, nossos projetos de vida.

Por isso, foi com grande satisfação que eu participei do I Seminário Nacional de Mulheres Negras e Comunicação ocorrido nos dias 28, 29 e 30 de abril de 1998. Tratou-se de um acontecimento de grande importância pois pela primeira vez, mulheres negras de diversas regiões do Brasil se reuniram para analisar a sua imagem nas distintas mídias, buscando compreender os vários papéis culturais construídos através das mídias audiovisuais (com a TV em primeiro plano), as mídias impressas (que afetam os formadores de opinião, empresários, artistas e políticos) e as mídias eletrônicas (que determinam os incluídos e excluídos do novo sistema mundial de circulação simbólica e de consumo). Procurou também avaliar a publicidade e os avanços dos institutos de pesquisa de mercado em relação à mulher negra brasileira, e a percepção que jornalistas profissionais e bem informados têm sobre a realidade cultural da mulher negra, e como eles atuam na finalização das pautas informativas.

A realização deste seminário, precedido por um workshop reuniu profissionais de mídia e mulheres negras de cinco regiões do país, que discutiram estratégias para o movimento de mulheres negras. A organização ficou a cargo do Geledés - Instituto da Mulher Negra - Programa de Comunicação e do RECON - Rede Eletrônica de Comunicação de Mulheres. A coordenação foi de Nilza Iraci, do Geledés, e a consultoria da Prof^a Dr^a Regina Festa, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, na China, terminou com uma declaração e um instrumento de ação aprovados pelas delegações governamentais, a Plataforma de Ação, que contém um conjunto de medidas que os governos concordaram em aplicar durante os próximos cinco anos. São medidas que buscam eliminar os obstáculos para a ativa participação das mulheres, tanto na vida pública como na privada, através de sua plena e igual participação na economia, na sociedade, na cultura e na tomada de decisões no nível político. A plataforma delega tarefas aos governos dos países membros da ONU, ao setor privado, aos organismos intergovernamentais, às agências especializadas da ONU, às ONGs, e à cooperação internacional. Entre os temas-chave da plataforma encontramos o item intitulado: As mulheres e os meios de comunicação, no qual se busca possíveis respostas para o fato de que os meios de comunicação não transmitem uma imagem equilibrada nem da diversidade das mulheres nem de suas contribuições à sociedade. A falta de sensibilidade sobre o tema se evidencia no fracasso em eliminar os estereótipos baseados no gênero e na etnia, tanto nos meios privados como nos públicos, constatando-se a contínua projeção de imagens negativas e degradantes das mulheres, que precisa urgentemente ser mudada.

A exclusão simbólica, a não representação ou as distorções da imagem da mulher negra nos meios de comunicação são formas de violência tão dolorosa, cruel e prejudicial, que poderia ser tratada no âmbito dos direitos humanos; Artigo XIX: "Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão: este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras". Isto significa que deveríamos ter acesso a todos os meios de comunicação e de expressão pública. No entanto, para garantir o respeito ao nosso direito fundamental à comunicação, deveríamos exigir a elaboração de códigos de ética que respeitassem as normas do pluralismo e dos direitos humanos. Várias pesquisas e artigos referem-se a este tema;

- a) "Preconceito Anunciado" , em que através de uma foto, veiculada pela revista Veja (24/06/92, p. 58-59) destaca como se perpetua a imagem do negro em situação subalterna.
- b) "Publicidade sueca resiste à cor brasileira" . Levantamento estatístico revelou que os personagens negros tornam-se mais frequentes na propaganda, porém, ainda aparecem em posição subalterna. Para a Profª Solange, na medida em que impor o personagem negro resulta em certo risco de perder o consumidor branco, opta-se pelo branco.
- c) "As imagens do negro na publicidade". O autor chega as seguintes conclusões preliminares: a publicidade é um instrumento de perpetuação de uma estética branca carregada de implicações racistas; o negro tende a aparecer dissociado de produtos específicos e a publicidade reproduz os estereótipos culturais sobre o negro, assim contribuindo para delimitar, no plano ideológico, "seus lugares apropriados".
- d) " The representation of blacks on commercial television in Brazil: some cultivation effects." . Este artigo compara o retrato dos negros brasileiros na TV com as opiniões sustentadas sobre eles por espectadores com alta e baixa exposição. O estudo mostra a divergência entre o conteúdo da TV, as condições objetivas da população negra brasileira e a opinião pública, sugerindo que a TV pode ter um efeito sobre as atitudes dos brasileiros quanto aos negros brasileiros.
- e) "O Estereótipo e as diversidades" . A conceituação de estereótipo, proposta pela autora, destaca o seu significado como preconceito, pré-juízo, na maioria das vezes, incorporado como senso comum e passado de geração a geração. Ressalta a importância de se diferenciar quando se fala em estereótipo, os aspectos de conformidade e de conformismo e chama a atenção para a dissimulação da carga negativa do estereótipo, utilizado, muitas vezes, apenas como conceito.

A professora Solange Couceiro no seu livro sobre o negro na televisão de São Paulo, aborda rapidamente a presença da mulher negra como profissional de televisão para constatar que o seu aproveitamento é desigual em relação ao homem, e sua presença nula no setor técnico e comercial e inexpressiva no administrativo, sob o peso de dois obstáculos: o primeiro, representado pelo sexo, e o segundo pela cor.

Há quem veja a televisão apenas pela ótica de seus mecanismos de massificação, sedução, comercialização e tantos mais. No entanto, ela é parte vital do cotidiano de milhões de pessoas, de formas tão diversificadas, e com tantos graus de significação que é impossível analisá-la sem considerar as interrelações que mantém com os contextos sócio-culturais. É preciso refletir sobre o impacto e os efeitos que uma mensagem de conteúdo equivocado produz junto a uma população que vem lutando , há séculos contra a estigmatização e os estereótipos.

Quem assiste a novela Laços de Família (Globo) se depara com a presença de Zilda (Talma de Freitas). Ela é a doméstica que cozinha e fala. Fala sem que a patroa (Vera Fischer) se dê ao trabalho de ouvi-la. Não podemos tolerar passivamente a reafirmação, o fortalecimento deste estereótipo arcaico. É importante que as mulheres negras estejamos representadas nos grandes meios de comunicação, mas a visibilidade deve ser criteriosa. Temos conquistado, com enorme esforço, uma presença significativa em várias áreas do conhecimento e desejamos ser representadas nessas outras dimensões e assim colaborar para a construção de uma comunicação democrática e participativa para todos os setores da sociedade.

Como ressaltou Joel Zito Araújo, os negros presentes na televisão e no cinema brasileiro, quase sempre são representados por estereótipos e clichês negativos, como elementos de diversão, caricaturado como subserviente, estúpido, oportunista e/ou malandro.

A imagem da mulher negra continua se sedimentando através do estereótipo da protetora, serviçal, da negra supersticiosa e macumbeira ou da sedutora mulata. Essa imagem tem custado caro principalmente às mulheres e às meninas negras de cidades turísticas como Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Fortaleza onde muitas são introduzidas desde cedo, oito / nove anos no turismo sexual, na prostituição.

Pobres, marginalizadas, sem horizontes, muitas mulheres negras sonham com a possibilidade de melhorar de vida tentando a sorte no primeiro mundo. A mulher brasileira tem se tornando ao longo dos últimos 20 anos uns dos principais produtos do turismo no Brasil. Sua imagem está presente na grande maioria dos cartazes, anúncios, folders etc.

Nosso país passou a fazer parte do mapa do turismo sexual por volta dos anos 80 quando o mercado asiático começou a saturar e os países da América Latina tornaram-se os destinos mais procurados, principalmente por europeus e japoneses .

Na década de 90, o Nordeste brasileiro consolidou-se como paraíso deste turismo e dos casamentos interculturais. É importante destacar que a violência contra as mulheres do terceiro mundo que vão tentar a vida na Europa aumenta de forma assustadora e os casos de espancamento são freqüentes entre dançarinas e prostitutas que reclamam os seus direitos aos donos de cabarés e agenciadores.

Duas brasileiras já foram assassinadas na Suíça no ano de 1999: a dançarina Luciene de 25 anos de idade cometeu suicídio depois de ter reclamado das humilhações que sofria; Cristina de 34 anos foi assassinada e esquartejada pelo marido juntamente com o seu filho após pedir o divórcio em meados de 1991. Esses dois casos são exemplos das muitas atrocidades que não chegam ao nosso conhecimento.

O tráfico de mulheres e crianças faz anualmente até 1 milhão de vítimas em todo o mundo e já é a terceira maior fonte de renda para o crime organizado internacional, atrás somente do comércio ilegal de drogas e de armamentos. Segundo dados do Fundo de Desenvolvimento da Mulher da Organização das Nações Unidas, o tráfico internacional de crianças e mulheres gera ganhos anuais de US\$ 7 bilhões a US\$ 12 bilhões. A maior preocupação em relação ao crescimento do tráfico é a dificuldade em combatê-lo. A descoberta do crime e o processo contra o criminoso dependem quase exclusivamente de denúncias. Sob ameaça constante, são poucas as mulheres que se dispõem a denunciar seus algozes.

O combate ao tráfico deve estar baseado na prevenção, com campanhas de esclarecimento nos seus países de origem e assistência às vítimas, para que recebam proteção do Estado ao denunciar os criminosos, e uma legislação eficiente para permitir o processo e a condenação dos traficantes.

O turismo sexual é um problema grave no Brasil e segundo o psicólogo Sílvio Valente, coordenador da unidade de denúncias do Sistema Nacional de Combate à exploração Sexual Infanto-juvenil, os próprios brasileiros também estão explorando as crianças e os adolescentes. Desde que introduziu, em fevereiro de 1997, uma linha telefônica gratuita para denúncias, foram registrados 1650 relatos de exploração sexual em todo o Brasil. Destes, somente 76 envolviam estrangeiros. O coordenador de projetos

do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), Mário Volpi, salienta que houve uma mudança de atitude positiva por parte da Embratur, que não usa mais imagens de garotas de biquini nos anúncios sobre o país. "A divulgação do Brasil que se fazia lá fora era baseada na sexualidade da brasileira. Mas a Embratur melhorou e não divulga mais fotos de mulheres com fio dental", comentou.

O Projeto Chame - Centro Humanitário de Apoio à Mulher tem como objetivo sensibilizar e mobilizar a população em geral e o poder público para a realidade do tráfico e imigração internacional de mulheres. Implantado em Salvador em agosto de 1994, foi elaborado inicialmente em conjunto com organizações brasileiras e o Centro de Informações para Mulheres da Ásia, África e América Latina em Zurich (Suíça), que há mais de 10 anos vem dando apoio e assessoria às mulheres imigrantes, principalmente das Filipinas, Tailândia, Brasil e outros países da África.

A partir de 1997, o Chame tornou-se um projeto de extensão do Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia. Oferece informações e esclarecimentos, buscando sensibilizar a comunidade para combater o tráfico de mulheres. Como estratégia organiza seminários, palestras, oficinas, cursos, conferências, além da distribuição de materiais sobre o tema. As atividades são realizadas nas escolas, grupos de mulheres, sindicatos, grupos étnicos, grupos religiosos entre outros.

É fundamental que a sociedade brasileira tome consciência da magnitude deste problema, buscando realizar um trabalho de prevenção entre as crianças e os jovens e exigindo transparência nas investigações que tem por objetivo dismantelar as redes de recrutamento de pessoas para o tráfico e a escravidão.

Há leis, políticas públicas e mudanças que têm beneficiado todas as mulheres. Há, por outro lado, áreas em que essas conquistas não atingem as mulheres negras, ou em que esses benefícios foram significativamente inferiores.

É preciso detectar esses desníveis para implementação de medidas compensatórias, não apenas para alcançarmos a igualdade de direitos e oportunidades entre o homem e a mulher, mas entre as próprias mulheres.